

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL SOBRE ESCRAVIDÃO: O ELEMENTO SERVIL NA PETRÓPOLIS DO OITOCENTOS

LUCAS VENTURA DA SILVA¹



Resumo

O presente trabalho pretende discutir questões relacionadas ao patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis, bem como problematizar por quais motivos há poucos estudos sobre o elemento servil em um local tão estratégico para o Império brasileiro como a “cidade de Pedro”. Nesse sentido, iniciaremos o debate colocando em questão a ideia de Cidade Imperial e de que maneira essa proposta contribuiu para o apagamento da memória negra em Petrópolis. A partir disso, norteados pelo conceito de “paradigma indiciário”, discutiremos o patrimônio documental enquanto fonte para pesquisa, focando nossa análise em duas instituições, o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis e o Museu Imperial. Vamos aqui explorar as especificidades e potencialidades das tipologias documentais na pesquisa histórica, em especial os registros eclesiásticos (livros de batismo, casamento e óbito) da freguesia de São Pedro de Alcântara e a ata da solenidade de libertação dos últimos escravizados de Petrópolis.

Palavras – chave: Patrimônio documental. Escravidão. Petrópolis. Fontes eclesiásticas. Museu Imperial.

Abstract

This paper aims to discuss issues related to documentary heritage on slavery in Petropolis, as well as to discuss why there are few studies on the servile element in a place as strategic for the Brazilian Empire as the "city of Pedro". In this sense, we will start the debate by questioning the idea of the Imperial City and how this proposal contributed to the erasure of black memory in Petropolis. Based on this, guided by the concept of “indiciary paradigm”, we will discuss the documentary heritage as a source for research, focusing our analysis on two institutions, the Archives of the Diocesan Curia of Petropolis and the Imperial Museum. We will here explore the specificities and potentialities of documentary typologies in historical research, especially the ecclesiastical records (baptism, marriage and death books) of the parish of São Pedro de Alcântara and the minutes of the solemnity of liberation of the last enslaved people in Petropolis.

Keywords: Documentary heritage. Slavery. Petropolis. Ecclesiastical sources. Imperial Museum.

Introdução

O presente artigo busca discutir questões relacionadas ao patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis, tendo como campo de reflexão a História Social.

¹ Graduando em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Integra os grupos de pesquisa “Fontes Eclesiásticas e História Social”, e “A cidade de Petrópolis: múltiplas formas de estudo”, vinculados ao CNPq. Estagiário do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.



Como toda pesquisa começa com problemáticas e interrogações, aqui não foi diferente. Este estudo se iniciou com uma grande inquietação: por qual ou quais motivos há poucos estudos sobre escravidão em uma cidade tão estratégica para o Império do Brasil como Petrópolis? A partir disso, surgiram outras questões: isso acontece por falta de fontes ou existem outros motivos que desconhecemos? Com base no exposto, nosso interesse é discutir essas interrogações e apresentar alguns documentos que contribuem para a reflexão e pesquisa da experiência escrava em Petrópolis, assim como o processo de abolição.

Nessa perspectiva, algumas perguntas, além das mencionadas acima, norteiam nosso debate: o que são essas fontes? Pertencem a quais instituições e acervos? Quais as suas potencialidades? Como compreender a escravidão a partir delas? Posto isso, a partir dessas questões, analisamos acervos de duas instituições, o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis e o Museu Imperial.

Um ponto importante para nós e indispensável para a nossa discussão é a própria noção de patrimônio documental. A professora Marcia Carvalho Rodrigues (2016), em seu texto *Patrimônio Documental: conceitos e definições*, argumenta que no Brasil não há uma definição clara da ideia, enfatizando a necessidade de elaborar uma conceituação em nível nacional. Todavia, podemos inserir essa categoria de patrimônio na noção de patrimônio cultural material, que “por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental” (RODRIGUES, 2016, p. 111).

Nosso objetivo é perceber e trabalhar essa categoria de patrimônio como fonte de pesquisa, isto é, suas potencialidades na produção de conhecimento. Neste caso, voltado para o estudo em História Social.

Os documentos são fontes para a historiografia há bastante tempo. Contudo, a partir do século XX, com outras demandas e problemáticas sociais, um grupo de historiadores, liderados por Marc Bloch e Lucien Febvre, percebeu que as fontes deveriam ser tratadas de outra maneira e que fossem, também, estabelecidas novas questões. Nesse sentido, surgiu a necessidade de uma espécie de alargamento no entendimento das fontes históricas para que, assim, pudessem compreender dinâmicas e nuances do mundo social que se manifestavam no bojo do século XX.

Esses empreendimentos, no campo da pesquisa nas ciências humanas e sociais, foram propagados principalmente pelo movimento intelectual francês dos *Annales*, sendo fundamental para o debate acerca da ampliação na compreensão das fontes históricas.



Dessa forma, a interdisciplinaridade na produção histórica foi uma tônica defendida, estabelecendo parcerias com outras áreas para o entendimento da sociedade, como a antropologia, sociologia, economia, geografia e psicologia. É nesse ambiente de discussão e circulação de conhecimento que o universo das fontes foi se ampliando e, também, a História Social foi se consolidando como um campo de atuação e pesquisa na historiografia.

Buscamos direcionar a pesquisa por meio do arcabouço metodológico proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), o “paradigma indiciário”. Sendo assim, entendemos estes acervos, o patrimônio documental, como uma grande reunião de indícios, isto é, um emaranhado de marcas do passado, de rastros que possibilitam os pesquisadores costurarem a narrativa histórica. São os sinais apresentados nas fontes que nos dão subsídios, contribuindo para a compreensão do processo histórico por meio da análise dos documentos primários.

Dito isso, é importante destacar um princípio básico na análise histórica. A fonte não é o passado em si, e sim sua marca. Quando estamos diante de um documento histórico, deparamo-nos com indícios e sinais do período de sua produção, período este que não experimentamos em sua materialidade, o qual se apresenta nas fontes por meio de nossas questões. Nesse sentido, é necessário relativizá-las e problematizá-las, uma vez que não falam por si só.

Posto isso, uma das possibilidades de perceber o passado, no sentido de refletir sobre o problema proposto, acontece uma vez que nos colocamos dispostos a entender as marcas deixadas. Nessa perspectiva, perceber as particularidades de cada documento se apresenta como uma tarefa indispensável e de fundamental importância no processo de pesquisa histórica.

O que será apresentado nas próximas páginas, são resultados de uma pesquisa que está começando a dar seus primeiros passos com uma proposta ainda pouco discutida: o patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis. O presente trabalho não tem por objetivo encontrar resultados fechados, concretos e inquestionáveis, visto que, existem outros acervos, além dos que serão apresentados, que contribuem para a compreensão do elemento servil na “cidade de Pedro”. Portanto, os parágrafos seguintes estão permeados por propostas e problemáticas, trazendo mais questões à reflexão do que respostas prontas. No processo de pesquisa, seguindo os passos de Ginzburg (2007), se existe a verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, mas o ponto de chegada.



O mito da Cidade Imperial: o problema do estudo da escravidão em Petrópolis

É bem verdade que o estudo sobre escravidão em Petrópolis é bastante incipiente, uma vez que, há poucas pesquisas de fôlego sobre o assunto. As análises sobre a presença escrava na “cidade de Pedro”, bem como o processo de abolição, foi se apresentando como um assunto ainda a ser abordado.² Nesse sentido, problematizando essa questão, apontamos algumas reflexões que julgamos importantes para pensarmos: por que não estudar o elemento servil em Petrópolis? Assim, percebemos que as construções de memória, que ocorreram na sociedade, fizeram com que houvesse uma espécie de apaziguamento da existência de escravizados na cidade, isto é, o apagamento da memória negra, sustentado em uma idealização de Cidade Imperial. Portanto, vamos neste tópico analisar a construção dessa ideia e como isso contribuiu para uma noção de cidade livre de escravizados.

Petrópolis recebeu o título de Cidade Imperial, em tese, com o Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981, assinada pelo presidente João Figueiredo, no contexto de incentivo ao turismo histórico, apresentando-se como ponto fundamental para consolidação da idealização Cidade Imperial. No entanto, essa ideia foi sendo articulada muito antes do presidente Figueiredo. Podemos dizer que Getúlio Vargas, e sua tentativa de aproximação a imagem do imperador d. Pedro II, foi um agente importante nessa construção de memória na cidade.

Percebemos que a partir da extinção da Lei do Banimento, pelo Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920, houve um processo de reabilitação da memória do Império, além de ir ao encontro da afirmação da nacionalidade brasileira, na criação de uma identidade nacional. Nesse sentido, iniciou-se um projeto cultural, com intuito da construção de um nacionalismo sustentado na noção de coesão social. No contexto, surgiu uma instituição significativa para a construção de memória em Petrópolis, já nascendo como instituição nacional, o Museu Imperial.

Neste contexto, há uma confluência de interesses políticos e historiográficos. Por um lado, ainda que desde os primeiros momentos da República houvesse vozes defendendo as políticas de preservação da memória do período imperial, como as que lutaram pela revogação da Lei do Banimento, percebemos que a política cultural implementada durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) favoreceu e coadunou-se com a revitalização da memória do Império, personificado na figura de d. Pedro II. (FRAGUAS, 2019, p. 45-46)

² Referimo-nos a trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.



Nesse período, outras instituições de memória foram criadas com o intuito de serem museus nacionais, como o Museu das Missões, em 1940, e o Museu da Inconfidência, em 1944. Dessa maneira, a cidade criada pelo imperador d. Pedro II, aquela que Getúlio Vargas passava longos verões, que se deu a criação de um museu dedicado à memória do Império.

O Museu Imperial nasceu por meio do Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, e inaugurado em 16 de março de 1943, no centenário de criação da Povoação-Palácio de Petrópolis, Decreto Imperial nº 155. Esse fator tem que ser levado em consideração. A data de inauguração do museu é bastante significativa, pois traz à tona outra discussão de memória em conflito sobre a fundação de Petrópolis. No entanto, não aprofundaremos o debate a respeito, pois caberia uma reflexão mais aprofundada acerca das disputas pela memória na fundação da cidade.³

Os museus nacionais, como o Museu Imperial, teriam servido à intenção de repensar a história, mas também aos projetos políticos do Estado Novo. Além disso, como se depreende da leitura dos periódicos das décadas de 1930 e 1940, vislumbra-se no projeto político varguista a atenção a anseios pessoais, que visavam atrelar a sua imagem à do ex-imperador, enquanto representação do “Pai da Nação”, o que consistia em considerável capital simbólico e político. (FRAGUAS, 2019, p. 46)

Getúlio Vargas estava tão envolvido com a criação do Museu Imperial que acompanhou todo o processo de construção da instituição, desde a aquisição do Palácio Imperial, até a formação de acervo. Por meio de análises em fotografias e processos no Acervo Institucional do museu, percebemos que Vargas esteve presente ativamente na construção da instituição, desde sua concepção.

³ As discussões sobre as disputas pela memória da fundação de Petrópolis giram em torno de duas datas: 16 de março de 1843, data do Decreto Imperial nº 155 sobre a fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis; e 29 de junho de 1845, data da chegada e início da colonização germânica na cidade. Entre a década de 1930 e 1940, foi criada, pelo poder público, a Comissão do Centenário de Petrópolis, composta por intelectuais locais, que tinha por objetivo a publicação de uma obra referencial sobre a história do município. Os trabalhos da comissão resultaram na publicação de uma obra fundacional, em sete volumes, editada pela Diretoria de Educação e Cultura de Petrópolis. Fica perceptível, em diversos artigos, a intenção de resolver as discussões que dividiam as comemorações do centenário entre 16 de março e 29 de junho. A pesquisadora Paola Vanessa Gonçalves Dias (2016), em sua dissertação intitulada *Do apagamento à fala pública*, referenciada na bibliografia, defende que entre as memórias narradas pelos remanescentes luso-imperiais e aquelas narradas pelos descendentes de colonos alemães, os *Trabalhos da Comissão do Centenário*, optou pela vitória do primeiro sobre o segundo, reproduzindo, como fórmula geral, o silenciamento quase total acerca de outros grupos. Um ponto interessante é que o então diretor do recém criado Museu Imperial, Alcindo Sodré, fazia parte da Comissão do Centenário fazendo com que o museu fosse inaugurado no dia 16 de março de 1943, exatamente cem anos após o Decreto Imperial nº 155 sobre a fundação Povoação-Palácio de Petrópolis. Nesse sentido, a abertura do Museu Imperial ao público reforçou e reafirmou a posição da Comissão do Centenário nas discussões sobre as disputas pela memória da fundação da cidade.



Nessa perspectiva, a criação do Museu Imperial foi um fator de relevância na formação da memória de uma Cidade Imperial, uma vez que Vargas criava um museu pensado para narrar a história do Império brasileiro, no entanto, não para formar uma narrativa do Império em si, mas sim, o Império idealizado pela República. Nesse ponto de vista, deparamo-nos com uma contradição: uma cidade que insistia em ser corte com a eminência da República, com a presença de um presidente que tentava se aproximar da figura de liderança de d. Pedro II. A partir disso, a ideia da Cidade Imperial foi se consolidando ao lado do próprio Museu Imperial, pensado para uma narrativa própria, tal qual Vargas pretendia, narrar um Império idealizado pela República.

A proposta de criar um museu, não foi e não veio ao acaso. Um museu é lugar de memória, espaço de discussão pública e de construção de identidades. Para o historiador francês Pierre Nora (1984), lugares de memória são locais não só físicos, mas simbólicos que carregam significados e memória coletiva do espaço ao qual se constitui. Nesse sentido, faz parte da construção de identidades, pois, a memória para Nora, está ligada nesses lugares por meio da história, significada e (re)significada ao longo do tempo. O historiador salienta ao trabalhar o conceito, só é possível estabelecer um local dentro desta descrição se o mesmo estiver imbuído, por meio do imaginário, de significados que são dados pelos agentes sociais em relação constante com o objeto. Contudo, os museus além de lugares de memória, são também lugares de poder. Sobre isso:

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (*Mnemósine* é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder. Assim, os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica. (CHAGAS, 2006, p. 31)

Em virtude disso, Getúlio Vargas criou uma instituição para narrar a história de um Império ideal, e esse museu não poderia estar localizado em qualquer cidade e sim em um local que fizesse jus a proposta. Dessa maneira, defendemos que essa idealização de Cidade Imperial ideal e sem defeitos, fez com que a memória da experiência escrava em Petrópolis não fosse efetivamente explorada e pesquisada, gerando o apagamento da memória negra sustentado na noção de cidade livre de escravizados.

Fontes paroquiais e História Social: o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis



Neste tópico, discutiremos alguns tipos documentais⁴ importantes para o estudo da escravidão no Brasil, sobretudo na perspectiva da História Social, as fontes eclesiásticas ou registros paroquiais. A partir disso, exploraremos as potencialidades dessas fontes, bem como os resultados preliminares do grupo de pesquisa “Fontes eclesiásticas e História Social”, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado à Universidade Católica de Petrópolis - UCP, sob liderança da professora Dr^a Janaína Christina Perrayon Lopes, que trabalha diretamente com o acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis.

As fontes eclesiásticas são registros dos sacramentos da Igreja Católica, o qual tem por objetivo inserir os sujeitos de determinada sociedade na religião. Tendo como recorte o escravismo no Brasil, os livros da freguesia de São Pedro de Alcântara, sob a guarda do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis, possuem registros de 1842 a 1887, totalizando 133 livros de assentamentos, incluindo batismo, crisma, casamento e óbito; sendo parte deles de escravizados.

A utilização de registros paroquiais como fonte na construção de uma História Social tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito acadêmico. Por meio do trabalho com os documentos paroquiais da freguesia de São Pedro de Alcântara, foram observados possíveis caminhos de pesquisa, principalmente com o cruzamento dos dados recorrentes contidos nesse tipo de documentação. Nosso objetivo é buscar apresentar esses caminhos, na pesquisa histórica, a partir dessas fontes com foco em elucidar a importância desses documentos na compreensão da dinâmica social dos sujeitos em determinado tempo e espaço. Nesse caso, no estudo sobre escravidão em Petrópolis.

Na historiografia, desde o advento da História Social, muito se discutiu sobre novas possibilidades de reconstituição da trajetória histórica das sociedades. No entanto, os historiadores, desde então, se deparavam com problemas relativos às fontes. Dessa maneira, suscitaram diversas questões: como compreender o sistema de relações sociais, alianças e compadrio no século XVIII? Como pensar o estudo do cotidiano de escravizados e forros no século XIX? São inúmeros os questionamentos levantados. Uma

⁴ Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras. TIPO DOCUMENTAL. In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



das possibilidades de pesquisa na área é o uso das variáveis contidas nos registros paroquiais. Quando nos deparamos desse tipo de documentação, precisamos perceber que

estamos diante de sociedades católicas, cujas populações eram tementes a Deus ou, o que é o mesmo, cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica, o que transformava as fontes paroquiais, insisto, em massivas e reiterativas. (FRAGOSO, 2014, p. 23)

O uso do conteúdo presente nesses registros só foi possível, pois os mesmos fizeram parte da própria história da Igreja que padronizou e tornou obrigatório. Através do Concílio de Trento, os assentamentos de casamento e batismo, e posteriormente por meio do *Rituale Romanum*, os de óbito, tornaram-se essenciais na organicidade da Igreja.

Cada tipologia de fonte paroquial possui peculiaridades, a qual nos ajuda dimensionar como utilizá-las para tentarmos compreender a sociedade que as produziu e todo o seu tecido social. No documento de batismo, por exemplo, os dados encontrados foram: a data do evento; o nome do batizando; filiação; a legitimidade e naturalidade; nome dos padrinhos. Já no caso dos registros de casamento, além de data e local de nascimento, encontra-se também: data do evento; local da cerimônia; nome dos cônjuges e filiação, estatuto jurídico, naturalidade, local da residência dos noivos; nome das testemunhas. Os registros de óbito encontrados, por sua vez, possuem: data e local do falecimento; nome do morto e sua filiação, nome do cônjuge, estatuto jurídico, naturalidade, estado civil, tipo e condição do sepultamento; causa da morte.

Visto isso, pensar as fontes paroquiais é pensar em um material genuinamente rico em possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento, sobretudo pelo fato de encontrarmos, de forma reiterada no tempo, as informações descritas acima.

No que diz respeito ao campo metodológico, os documentos eclesiásticos podem ser tratados com as abordagens da História Serial, que por sua vez está lidada ao conceito de série.⁵

Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado em seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. (BARROS, 2012, p.286)

⁵ O campo da História Serial refere-se ao tipo de fonte e ao modo de tratamento das fontes. Trata-se neste caso de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. Cf. BARROS, J. D. “Abordagens”. In:_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 132-179.



Esse caráter seriado nos dá margem para outra abordagem, a micro-história, onde opta pela observação de um *locus* delimitado (uma prática social, trajetória individual, uma comunidade, uma cidade). Sendo assim, a microanálise possibilita o historiador empreender estudos sobre as estratégias e mudanças dos agentes, compreendendo, assim, os complexos sistemas de relações sociais existentes nas diferentes freguesias, em nosso caso, a de São Pedro de Alcântara.

Portanto, a partir dessas mesmas informações podemos, também, inferir questões relativas aos ciclos de vida dos envolvidos e suas relações parentais e estados sociais. Nos livros de batismo e de casamento, por exemplo, fica claro todo um sistema de alianças entre famílias, além de relações de vizinhança e política, principalmente quando observamos as escolhas de testemunhas e padrinhos, que em muitos casos podemos encontrar repetições, sobretudo nos registros de escravizados. Nos livros de óbito, em contrapartida, é interessante percebermos as representações de morte e suas diferenças, por exemplo, quando as mortes de crianças eram representadas como inocentes, indivíduos puros e livres de pecado. Com isso, todo esse material nos ajuda a pensar, taxas de natalidade e mortalidade, doenças, idade recorrente para o casamento, compadrio, quem era escravizado (e de que senhor), casos de adultério, relações de poder, entre tantas outras possibilidades.⁶

Percebemos que, a partir do exposto, os documentos que colocamos em debate viabilizam analisar a trajetória histórica de agentes, famílias escravas e grupos sociais, acompanhar, portanto, todo o ciclo de vida, desde o nascimento até a morte: iniciando no batismo, passando pelo casamento e terminando no óbito. Assim, ficam evidentes as várias possibilidades de procedimento com os registros paroquiais no estudo do elemento servil em Petrópolis, bem como o processo de abolição, tendo como pilar sustentador as problemáticas levantadas pela História Social. Essas por sua vez, são fontes muito ricas que nos ajudam apreender não só o complexo sistema de relações, mas, sim, toda uma estrutura hierárquica de poder e dominação nas diferentes camadas sociais. Contribuindo potencialmente à atualização, produção e sistematização do conhecimento histórico.

⁶ Sobre trabalhos acadêmicos realizados com fontes eclesiásticas ver: BASSANEZI, M. S. C. B.; BOTELHO, T. R. (orgs.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paróquias dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Editora PUC- Minas/ FAPEMIG, 2009.; FARIA, S. C. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. RJ: Nova Fronteira, 1998.; _____. “A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX”. In: **População e família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n.3, p. 181- 206, 2000.; SILVA, M. B. N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1984.



A corte e a abolição: o acervo do Museu Imperial

A partir daqui discutiremos sobre uma instituição, localizada em Petrópolis, que ao longo de sua trajetória acumulou acervos significativos para a pesquisa sobre escravidão no Brasil, o Museu Imperial⁷. É interessante percebermos, como já discutido anteriormente, que a mesma instituição criada pelo presidente Getúlio Vargas, que fora fundamental para a construção da ideia de Cidade Imperial, adquiriu no decorrer de sua existência um importante patrimônio documental que nos fala sobre o elemento servil em Petrópolis. Visto isso, trabalharemos aqui um documento específico, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão⁸ dos últimos escravizados da cidade, datada de 1º de abril de 1888.

O documento é um manuscrito que contém duas folhas duplas. Na parte superior esquerda, possui o carimbo da instituição à qual pertence, Arquivo Histórico do Museu Imperial. Traz no cabeçalho uma breve descrição do documento e por quem foi lavrado, o conselheiro José da Silva Costa.⁹ Da primeira página até a metade da segunda, é texto corrido e, logo após, as assinaturas de alguns dos presentes na solenidade, iniciando com os membros da família imperial.

O referido documento está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial desde 1945 e se encontra disponível para pesquisa desde então. É interessante observar que todos os itens da instituição possuem um processo de entrada e, a partir disso, fomos em busca do dossiê da ata para que pudéssemos encontrar alguma informação que contribuísse à pesquisa e, sobretudo, conhecer a história do documento e sua chegada à instituição. Por meio da análise do processo 147/1945, detectamos que o item foi doado à instituição em abril de 1945, pela filha do conselheiro José da Silva Costa, Elisa da Silva Costa. É importante destacar a carta, anexada ao processo, encaminhada ao então diretor

⁷ Atualmente, o Museu Imperial conta com quatro títulos concedidos pela UNESCO de Patrimônio da Humanidade. São eles, “Documentos relativos às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo”, em 2013; “A Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas”, em parceria com outras instituições brasileiras, em 2013; “Coleção Sanson - Fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro”, em 2013; e a “Coleção Carlos Gomes do Museu Imperial (1855-1942)”, em 2012. Disponível em: <<http://museuimperial.museus.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade>>. Acesso: 28 fev. 2020.

⁸ Podemos dizer que um título de remissão consistia em uma espécie de carta de liberdade. Do ponto de vista do Direito, remissão é a forma de extinguir uma obrigação previamente estabelecida, sendo assim, aquele que recebia um título deixava sua condição de escravo, passando à condição de liberto. Assim, não tendo mais a obrigação de servir ao seu senhor.

⁹ José da Silva Costa foi um importante advogado durante o período imperial no Brasil. cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860. Durante o período imperial ocupou posições de destaque, tendo sido Juiz Municipal da Corte, advogado da família imperial e presidente do Conselho da Ordem dos Advogados.



do recém-criado Museu Imperial, Alcindo Sodré, demonstrando o interesse da doadora de que o documento fizesse parte de um arquivo público, destacando sua importância e relevância para o estudo da história da cidade de Petrópolis.

De fato, a doadora estava certa. A ata da solenidade de 1º de abril se apresenta como fonte fundamental para a compreensão dos momentos finais da escravidão, não somente em Petrópolis, mas, principalmente, no Brasil, o que possibilita o cruzamento de fontes e o estabelecimento de uma série de questionamentos. Por meio das assinaturas, percebemos que a elite social e política estavam presentes, juntamente com os membros da família imperial. A partir disso, podemos traçar algumas questões que contribuem para a reflexão do problema. Além do que, é interessante perceber e problematizar os atores sociais que se fizeram presentes na solenidade, a partir da análise das assinaturas. Estavam no ato pessoas de destaque no espectro político e social da época. São eles: princesa d. Isabel, conde d'Eu e seus filhos d. Pedro, d. Luiz e d. Antônio (na época, com sete anos de idade, não sabia escrever e assinou apenas com a inicial de seu nome); os mais eminentes integrantes do movimento abolicionista do período, André Rebouças e José do Patrocínio; o presidente do Conselho de Ministros, que viabilizou a aprovação da Lei Áurea poucas semanas depois, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira; o ministro de Negócios do Império, conselheiro José Fernandes da Costa Pereira; o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que apresentou o projeto da Lei Áurea no Senado e assinou juntamente com a princesa regente d. Isabel, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva; entre outros. No total, são 43 assinaturas.

Analisando as atas da Câmara Municipal de Petrópolis, também acervo do Museu Imperial, vimos que, na sexta sessão ordinária, presidida por José Ferreira da Paixão, no dia 20 de abril de 1888, o conselheiro José da Silva Costa encaminhou uma pública-forma¹⁰ da ata da solenidade em nome da comissão emancipadora.

Um ofício do dr. José da Silva Costa, em nome da Comissão Emancipadora, enviando a pública-forma da ata da solenidade da entrega dos títulos de emancipação aos escravos, cujos serviços foram remidos, ato realizado no dia 1º do corrente. Oficie-se à comissão que a Câmara Municipal se regozija pelo fato estrondoso que se deu e que ficará agradavelmente consignado na história desta imperial cidade (CMP-9, p. 153).

O evento de que estamos tratando foi uma solenidade que aconteceu no dia 1º de abril de 1888, no Pavilhão Hortícola, atual Palácio de Cristal, em Petrópolis, com a

¹⁰ Cópia autêntica que, feita e reconhecida por tabelião, é usada para substituir o documento original. PÚBLICA-FORMA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/publica-forma/>. Acesso em: 14/01/2020.



entrega de 103 títulos de remissão, ou cartas de liberdade, aos últimos escravizados da cidade. Com base na análise da documentação, percebemos que esses títulos foram proporcionados, por meio do Fundo de Emancipação¹¹ da cidade, aos escravizados devidamente registrados na matrícula.

É importante ressaltar que a festa da emancipação só foi possível com a participação e o intermédio da própria família imperial. O Correio Imperial, gazeta de notícias editada pelos filhos da princesa d. Isabel com o auxílio de seus preceptores, trouxe, em sua edição nº 8, de 1º de fevereiro de 1888, uma espécie de programação sobre os festejos de carnaval que seriam dedicados à arrecadação de fundos para a emancipação em Petrópolis. A publicação traz uma evidente dinâmica social e política para a cidade, naquele período, da elite e para a elite. O texto diz que um baile aconteceria em 11 de fevereiro de 1888, no Hotel Bragança; no dia seguinte, uma batalha de flores; no dia 14, um baile para as crianças no Pavilhão Hortícola, seguindo os dias com concertos apresentados por eminentes músicos da época, como Cécile Silberber, Arthur Napoleão e o cubano Joseph White.

O Museu Imperial possui em seu acervo o roteiro da batalha de flores realizada em fevereiro, contendo toda a movimentação do evento. Os bilhetes das arquibancadas, que custavam 2\$000 (dois mil réis) por pessoa, seriam direcionados para a compra de liberdades.

A movimentação presente na cidade nesse período pode ser confirmada nos diários de André Rebouças (1938), que também assinou a ata de 1º de abril. Em suas anotações, um dos mais notáveis articuladores do movimento abolicionista brasileiro registrou uma série de acontecimentos que precederam a festa de entrega dos títulos de liberdade: em 12 de fevereiro ocorreu a batalha de flores; em 26 do mesmo mês, o primeiro concerto promovido pela princesa d. Isabel; no dia 11 de março, a primeira conferência sobre abolição, no Hotel Bragança, com a presença do ministro das relações exteriores do Império, Antônio Prado; e, no dia 17, o segundo concerto. Finalmente, no dia 1º de abril, a solenidade da libertação dos últimos escravizados.

¹¹ Criado pela Lei nº 2.040, a Lei do Ventre livre, e aprimorado pela Lei nº 3.270, Lei dos Sexagenários, o Fundo de Emancipação consistia em recursos pecuniários com o objetivo de promover a emancipação gradual do elemento servil, por meio de indenização aos respectivos senhores proprietários de escravos, de acordo com os critérios de classificação estabelecidos.

Cf. ASSIS, C. C. L. **Fundo de Emancipação e Famílias Escravas: o Município Neutro na Lei de 1871**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



Essas informações podem ser pensadas e problematizadas de diversas formas. Elas nos mostram e confirmam a dinâmica de festas e comemorações em prol da abolição em Petrópolis, demonstrando também que André Rebouças acompanhou ativamente o passo a passo desse processo. É indispensável destacar que todas essas festividades foram direcionadas para angariar recursos para o Fundo de Emancipação da cidade, com a participação dos membros da comissão emancipadora envolvidos ativamente em todo o processo. Assim, a partir de uma matéria publicada no periódico *Pequena Ilustração*, de 9 de maio de 1937, intitulada *A emancipação em Petrópolis*, as festividades arrecadaram cerca de 24:495\$000 (vinte e quatro contos, quatrocentos e noventa e cinco mil réis) para o Fundo, permitindo a indenização de proprietários de 92 escravizados, sendo libertos mais 11 gratuitamente. Dessa maneira, a solenidade de 1º de abril de 1888 se manifesta como a culminância dessa movimentação.

É bem verdade que estamos falando dos momentos finais da escravidão no Brasil, onde a presença do elemento servil não mais se sustentava. No entanto, devemos problematizar uma questão. Foram 103 títulos no total, porém esse é o quantitativo dos últimos escravizados da cidade. Luiz Aranha Corrêa do Lago (2014, p. 146-147) traz em seu livro, *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*, alguns dados que nos mostram a presença de 626 escravizados na cidade de Petrópolis, no ano de 1882. Isto é, já existia um processo de contestação e emancipação do elemento servil que já estava em andamento, assim como no âmbito nacional.

Vale ressaltar, também, que se compararmos a quantidade de escravizados presentes em Petrópolis com os existentes em outras cidades da província do Rio de Janeiro, perceberemos uma diferença significativa, ao passo que Petrópolis possuía 626, Sapucaia, município da região do Vale do Paraíba, possuía 7.377, no mesmo período. Isso se dá pela própria construção da cidade, Petrópolis foi ocupada majoritariamente por imigrantes europeus, não tendo forte presença da produção de café, na qual se encontrava a maior parte dos escravizados da região.

Um dos caminhos possíveis para a análise é perceber a rede de sociabilidades que envolveu esses agentes sociais. O evento do 1º de abril era de caráter abolicionista, assim, aqueles que ali se achavam, podemos dizer, demonstravam significativa simpatia à causa. Não estavam ali à toa. Direcionar a atenção para os presentes configura-se como um trabalho importante, uma vez que pode nos mostrar a dinâmica do processo de emancipação e seus agentes.



Outra possibilidade existente, ainda dentro da proposta de perceber a rede de sociabilidades, é ir em busca das correspondências entre esses agentes. Essa etapa requer um trabalho de fôlego, que demanda mais tempo e condições, não cabendo no espaço do presente texto. É necessário ressaltar que o trabalho com correspondências é de suma importância, visto que nos possibilita apreender o que se apresentava por trás das discussões parlamentares e oficiais.

Mais um ponto interessante para reflexão está no próprio envolvimento da família imperial na emancipação, sobretudo, na sua participação nesse evento. Todavia, não pretendemos reiterar a imagem da princesa d. Isabel como a protagonista primeira do processo, como fora construído no pós-abolição, mas sim iniciar uma reflexão e um debate sobre a efetiva participação e envolvimento da família imperial no processo de emancipação da escravidão no Brasil.¹²

O Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis, pensado para recolher recursos para o Fundo de Emancipação, teve suas primeiras doações realizadas pelos integrantes da família imperial. Nas duas primeiras linhas com relação aos doadores são discriminados os seguintes nomes: “Um Brasileiro”; “S.S A.A Conde e Condessa d’Eu”. A segunda linha, certamente, refere-se ao conde d’Eu e à princesa d. Isabel, que juntos doaram a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis); no entanto, quanto à primeira, arriscamos uma hipótese de que, possivelmente, faria referência a d. Pedro II. A partir disso, analisando os documentos avulsos da Mordomia da Casa Imperial, no Arquivo Grão Pará¹³, deparamo-nos com uma ordem de pagamento que comprova nossa suposição: “Um Brasileiro” era de fato d. Pedro II. O documento, datado de 10 de março de 1884, pede, em nome do imperador, ao tesoureiro da Casa Imperial que entregasse ao presidente da Câmara de Petrópolis a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) para auxiliar na emancipação dos escravizados da cidade. A quantia citada é a mesma discriminada no Livro de Ouro. No entanto, por que “Um Brasileiro” em vez de “d. Pedro II, imperador do Brasil”? Os livros da Mordomia da Casa Imperial, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, ajudam-nos a compreender essa questão.

¹² Defendemos que deve haver um equilíbrio entre as forças para a compreensão da abolição no Brasil. Uma vez que a emancipação dos escravos, tal qual se apresentou em terras brasileiras, isto é, a alteração da condição jurídica de africanos aqui escravizados, só foi possível com todo um movimento de contestação que se manifestava em diversas frentes. Assim, podemos destacar a própria posição da família imperial, as diferentes possibilidades e signos de resistência escrava e, sobretudo, as inúmeras formas de ativismo do movimento abolicionista.

¹³ O Arquivo Grão Pará é um acervo pertencente aos descendentes da família imperial, no entanto, parte dele se encontra em regime de comodato sob a guarda do Museu Imperial.



Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, encaminha, por ordem de S. M. o Imperador, a portaria autorizando ao Tesoureiro da Casa Imperial, conselheiro João Batista da Fonseca, a entregar 500\$000 [quinhentos mil réis], contribuição do Mesmo Augusto Senhor para redenção dos escravos daquele município. Lembra que S. M. não pretendendo seja Seu nome inscrito no Livro de Ouro da Municipalidade, não há necessidade de publicação. (ARQUIVO NACIONAL, p. 267)

Portanto, por meio dos indícios apresentados, percebemos que era de vontade do próprio imperador que seu nome não fosse publicado no Livro de Ouro, optando pelo anonimato. Essas são apenas algumas das pistas que nos mostram que, de fato, os integrantes da família imperial estavam envolvidos com as pautas relacionadas à abolição.

Por fim, vale reiterar a importância deste documento, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão. A fonte aqui pensada é rica em potencialidades e possibilidades de reflexão e discussão sobre a emancipação, não só em Petrópolis, mas também no Brasil. A solenidade aconteceu nos momentos finais da escravidão, em âmbito nacional, e ali estavam agentes importantes para a dinâmica de aprovação da Lei Áurea, envolvendo família imperial, movimento abolicionista, presidente do Conselho de Ministros (conselho responsável por viabilizar a aprovação da Lei), diplomatas, membros da comissão emancipadora e simpatizantes pela causa. Ou seja, não foi um acontecimento qualquer e merece a devida atenção dos historiadores e estudiosos da área.

Considerações finais

Defendemos que pensar o patrimônio documental sobre a escravidão em Petrópolis, apresenta-se como um exercício de fundamental importância para instigar a própria pesquisa sobre o assunto. É importante destacar novamente que a proposta foi trabalhar o patrimônio documental como fonte para pesquisa, bem como explorar suas potencialidades. Sendo assim, norteados pelo “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg (1989), tratamos as fontes no presente debate como indícios, rastros, sinais, aquilo que possibilita o historiador costurar a narrativa histórica.

A partir do exposto, percebemos que o problema do estudo sobre escravidão na “cidade de Pedro” não está na falta de fontes, mas sim em outra instância, na construção de memória. A ideia de uma Cidade Imperial, consolidada pelo presidente Getúlio Vargas, gerou um processo de apagamento da memória da experiência escrava em Petrópolis. Com isso, os estudos relativos à história da cidade foram deixando a pesquisa sobre o elemento servil com um assunto ainda a ser explorado.



Percebemos, também, a existência de várias possibilidades de pesquisa sobre a escravidão em Petrópolis, por meio de acervos localizados na própria cidade. Um deles são os registros paroquiais do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis. Vimos que as tipologias documentais das fontes eclesiais dão margem ao historiador perceber toda dinâmica da sociedade que as produziu. Como por exemplo, analisar a taxa de natalidade e mortalidade de dado grupo social em dado período de tempo, por meio dos livros de batismo e óbito; pensar sistemas de alianças entre famílias, relações de vizinhança e política, compadrio, com os livros de casamento; entre tantas outras possibilidades. Ademais, com os registros paroquiais podemos analisar trajetória de agentes sociais, famílias e grupos, todo o ciclo de vida, desde o nascimento até a morte.

Além disso, iniciamos uma breve análise do acervo do Museu Imperial, em especial, com foco na ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão aos últimos escravizados de Petrópolis. Esse documento é de fundamental importância ao nosso trabalho, pois é perceptível o quão simbólico foram os momentos finais da escravidão. A partir da análise das assinaturas, destacamos que, agentes importantes para a aprovação da Lei Áurea, estiveram presentes no ato, envolvidos na rede de debates sobre a emancipação do elemento servil no Brasil.

É fundamental, também, ressaltar que existem diferenças significativas entre os acervos das instituições que analisamos. O Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis é uma instituição privada aberta ao público pesquisador, um exemplo de arquivo como uma entidade independente. No entanto, o Museu Imperial, uma instituição pública, na condição de museu, tem sob sua guarda um patrimônio cultural museológico, dividido em seus respectivos setores técnicos. Essas duas instituições possuem patrimônios com particularidades específicas e que necessitam de tratamentos diferentes por parte dos pesquisadores, como mostramos nos tópicos anteriores.

Temos por objetivo ressaltar a importância dos acervos aqui analisados para estudos relacionados à história da escravidão em uma cidade tão estratégica para o Império brasileiro, como Petrópolis. Uma vez que nos oferecem uma gama de documentos, das mais diversas tipologias, apresentando-se como fontes singulares para a compreensão do período.

Por fim, queremos destacar a importância do estudo da escravidão, e assuntos relacionados, no Brasil. A pesquisa acerca da problemática escravista não está e não pode ser esgotada, muito ainda temos para construir. Vimos que o patrimônio documental sobre escravidão é vasto e basta o nosso olhar cuidadoso para com as fontes. Estudar o elemento

servil no Brasil é iniciar um processo de compreensão da nossa própria identidade. Perceber essas dinâmicas na Petrópolis do oitocentos é apreender o movimento das relações sociais e raciais na cidade na contemporaneidade. Portanto, ressaltamos a importância de sempre questionar a memória na história. Compreender as particularidades das sociabilidades, bem como problematizá-las, caracteriza-se como o grande objetivo da investigação em História Social.

Data de Submissão: 03/05/2020

Data de Aceite: 14/07/2020





Fontes documentais:

Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis

Registros de batismo, 1844 – 1887.

Registros de casamento, 1847 – 1887.

Registros de óbito, 1842 – 1887.

Arquivo Grão Pará

AGP. Arquivo C34. 1ª gaveta. Pasta 134. Mordomia. Ordens de pagamento. Para cumprir ordens do imperador. 1884 a 1888. 17 docs.

Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo

CMP-9. Atas da Câmara Municipal de Petrópolis, 9ª legislatura. 20.01.1883/31.12.1889.

CMP-17. Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis.

Correio Imperial. Anno II. Petrópolis. 1 fev.1888. N°8. Petrópolis: Typ. Imperial, 1888.

I-DLC- [12.02.1888] - CI.BR.d. Programa da [1ª] Batalha de Flores em Petrópolis a ser realizada no domingo de Carnaval [12/02/1888].

I-DMI-01.04.1888-IB.at. Ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão dos estados-livres de Petrópolis, lavrado pelo dr. José da Silva Costa. Petrópolis, 01/04/1888. 1 fl. dupla. Pequena Ilustração. Ano VI - n. 297. 1937. Proc.147/1945.

Referências bibliográficas

ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Dom Pedro II e a Cultura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BARROS, J. D. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 132-179

_____. **Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História**. v. 5. Petrópolis: Vozes, 2012.

BASSANEZI, M. S. “Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história”. In: PINSKY, C; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-172.

BORGES, L. C.; CAMPOS, M. D.; RANGEL, M. F. “Museologia e patrimônio: uma introdução”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 7, n. 1, 2012.



BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei no 4.120, de 3 de setembro de 1920. Revoga os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza a trasladar para o Brasil os despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessários créditos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 14809, 5 set. 1920.

_____. Decreto-Lei no 2.096, de 29 de março de 1940. Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 5426, 30 mar. 1940.

_____. Decreto no 85.849, de 27 de março de 1981. Atribui à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5858, 27 mar. 1981.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA DO LAGO, L. A. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, E. V. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2010.

DIAS, P. V. G. **Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da Tapera**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DOSSE, F. **A História**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2012.

FRAGOSO, J. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII)”. In: _____; GUEDES, R.; JUCÁ, A. C. (Orgs.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa**:



métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um *corpus* documental. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 21-32.

FRAGUAS, A. B. F. **Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 – 1891)**. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACOMBE, L. L. **Biografia de um palácio**. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

LIMA, D. F. C. “Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão”. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v.7, n.1, p.31-50, 2012.

MENDONÇA, J. M. N. “Legislação emancipacionista, 1871 e 1885”. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

NEVES, M. S. “Pierre Nora (1931-)” In: PARADA, M. (Org.). **Os historiadores clássicos da história**. v. 3. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2013. p. 202-223.

NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. Tradução: Yara AunKhoury. In: **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

REBOUÇAS, A. **Diário e notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

RODRIGUES, M. C. “Patrimônio documental nacional”. In: **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 110-125, 2016.

SANTOS, M. S. **A Escrita do Passado nos Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006.

_____. **Memória coletiva e Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SILVA, M. C. S. M. “Arquivos de museus: características e funções”. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, p. 35-47, 2013.